FENAE Agora

www.fenae.org.br

Impresso Especial
1416/2004-DR/BSB
Fenae
...CORREIOS...

Edição 44 - ano 8
setembro/outubro de 2005
distribuição gratuita

Publicação da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal

Combate popular à corrupção

- Direita surfa na crise para impor refluxo à mobilização social no cenário político
- Grandes negócios subvertem o poder e alimentam a corrupção
- Movimentos populares exigem apuração das denúncias, mudanças na política econômica e reforma política democrática

Clique um contraste

0 concurso de fotografia da Fenae 2005 tem inscrições abertas até 11 de novembro de 2005. O tema é Contraste.

Cada participante pode enviar uma foto
e concorrerá a muitos pontos no programa PAR.

1º lugar:	200.000 pontos PAR + troféu
2º lugar;	100.000 pontos PAR + troféu
3º lugar:	80.000 pontos PAR + troféu
Voto popular:	80.000 pontos PAR + troféu

O regulamento está nos sites da Fenae (www.fenae.org.br) e do Programa PAR (www.programapar.com.br).

De volta às ruas

Os movimentos sociais saíram às ruas para se posicionar frente à crise política que tomou conta do país. As organizações dos trabalhadores e do povo exigem apuração das denúncias, punição aos corruptos e corruptores, mudança na política econômica e reforma política democrática.

Enquanto isso, a direita aproveita o espaço dado pela mídia para criar um cenário distorcido, onde o bandido posa de mocinho, mas ao mesmo tempo tem medo de que as investigações se aprofundem e cheguem ao início de todo o esquema de corrupção e às verdadeiras fontes de recursos. Em casos como o das privatizações da era FHC, que fizeram com que os trabalhadores pagassem a conta, como historicamente acontece.

E a conta foi alta. Nos fundos de pensão foi grande a farra do banqueiro Daniel Dantas com o esquema montado por ele para a privatização das empresas de telecomunicações. Por essas e outras, os trabalhadores passaram a concentrar suas forças na implantação de gestão participativa, como forma de evitar a continuidade da dilapidação de seu patrimônio.

Esta edição de ***FENAE AGORA*** *traz* como matéria de capa a crise política nacional sob o ângulo do trabalhador e trata também de outros assuntos diretamente relacionados com a nova ordem política do país e os empregados da Caixa, como o novo plano de benefícios da Funcef, que vai a plebiscito ainda este mês de outubro, e a questão do referendo sobre o desarmamento no Brasil. A revista lembra ainda a conquista histórica dos empregados da Caixa da jornada de seis horas, que completa 20 anos de luta neste mês, e enfoca a mobilização nacional na campanha salarial unificada de 2005.

Projetos de responsabilidade social da Fenae, uma promoção de venda de DVD que está sendo realizada pelo Programa PAR, reforma urbana, o sucesso do acampamento de Aruanã (GO), promovido pela Associação do Pessoal da Caixa de Goiás, os Jogos Regionais e o Circuito Cultural Fenae são outros temas abordados nesta edição. Boa leitura.

Cardápio

4 Fenae investe em programas de cidadania e Solidariedade

6 Em outubro, plebiscito sobre o novo plano da Funcef

8 Movimento social ocupa as ruas contra a corrupção

14 O imbróglio da Gtech no negócio das loterias

15 Mídia aciona artilharia contra os fundos de pensão

17 Movimento comemora 20 anos das seis horas

18 Cresce mobilização na campanha unificada de 2005

21 PAR lança promoção para a compra de DVD

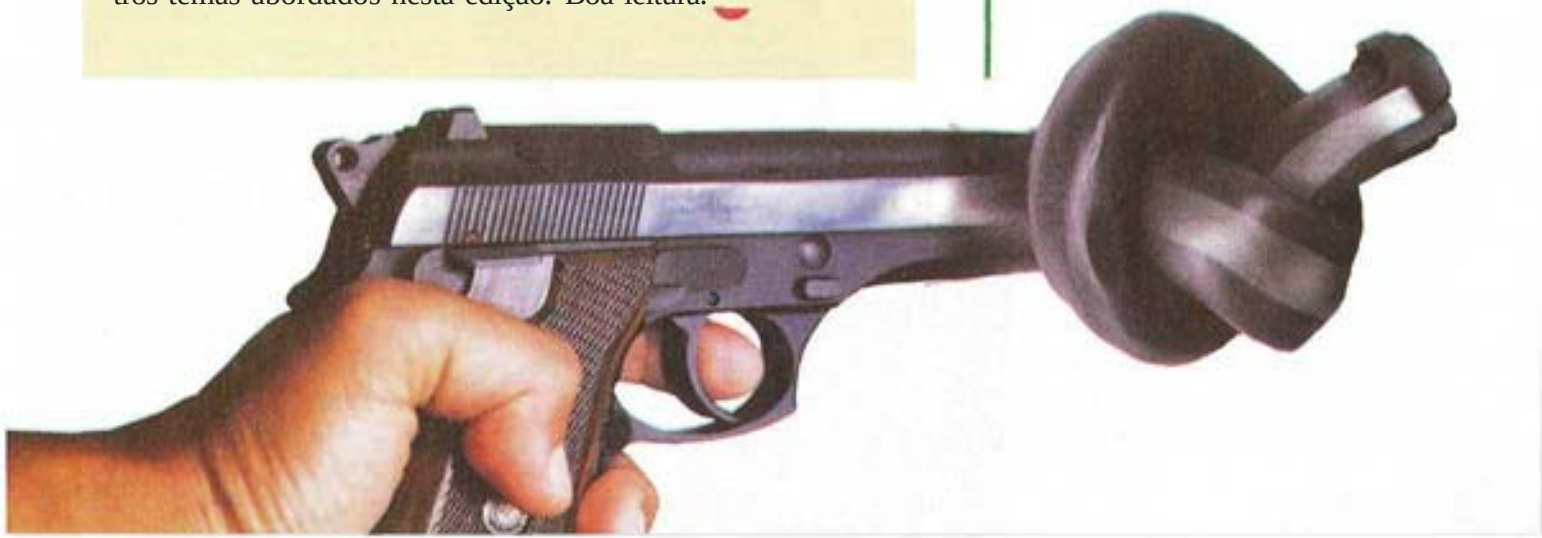
22 Sociedade civil luta pelo direito à cidade

24 Na berlinda, o comércio de armas de fogo no Brasil

25 Acampamento da Aseg/GO em Aruanã faz sucesso

26 Apcefs organizam Jogos Regionais

28 Vêm aí novos eventos do Circuito Cultural Fenae



Semana da Solidariedade e CDN: feliz coincidência

Fenae incentiva Apcefs a implantarem programas de reciclagem e de acesso de estudantes de escolas públicas à pratica esportiva

Desde 2004, na semana da morte do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho (1935 - 1997), é realizada a Semana da Solidariedade, um momento de destaque no Brasil no processo permanente de mobilização pelo alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) - metas sócio-econômicas definidas pela Organização das Nações Unidas em 2000. Este ano, a comemoração da Semana da Solidariedade coincidiu com a realização de reunião do Conselho Deliberativo Nacional (CDN) da Fenae.

Esta coincidência permitiu que o Comitê de Responsabilidade Social da Fenae concentrasse a sua ação da Semana da Solidariedade em uma atividade envolvendo todas as Apcefs. Foram distribuídos aos participantes do CDN kits de incentivo à reciclagem, produzidos pela Cooperativa de Catadores 100 Dimensão, do Distrito Federal, parceira da Fenae na sua campanha de reciclagem de lixo, a Primeiro Passo. Os kits continham objetos de uso no trabalho, como porta-canetas e blocos de anotação, feitos em material reciclado, além de um CD com explicações sobre como cada Apcef pode fazer para implantar um projeto de reciclagem.

A parceria com uma cooperativa de catadores contribui para a preservação do meio ambiente e para a geração de renda de pessoas social e economicamente excluídas. Desde que a Fenae começou a campanha de reciclagem, em maio deste ano, a cooperativa 100 Dimensão já retirou três caminhões com material reaproveitável da Apcef/DF, que é responsável por armazenar o material.

Durante a Semana da Solidariedade, a Fenae realizou ainda ações de divulgação dos oito ODMs, por meio de cartazes na sede da Fenae, em Brasília, e notícias publicadas diariamente no FenaeNet.

Segundo Tempo

Um projeto social em cada Apcef

Outro ponto da discussão sobre responsabilidade social no CDN foi a apresentação do representante do ministro do Esporte, Júlio César Soares da Silva, diretor do Departamento de Esporte Escolar e de Identidade Cultural, sobre o programa Segundo Tempo. O programa tem como objetivo possibilitar o acesso à prática esportiva aos alunos matriculados no ensino fundamental e médio dos estabelecimentos públicos de educação do Brasil, principalmente em áreas de vulnerabilidade social.

No CDN foi aprovada a realização de convênio entre a Fenae e o Ministério para a implantação do programa em cada Apcef. Depois de um período de pesquisa junto ao Ministério sobre os detalhes da realização do convênio e da implantação e execução do programa, a Fenae preparou uma correspondência explicativa que será encaminhada às Apcefs, juntamente com uma ficha cadastral que cada Apcef deve preencher e devolver à Fenae. Com estas respostas, a Fenae poderá saber quantas crianças e adolescentes serão atendidos ao todo e encaminhar a formalização do convênio ao Ministério.

Guia do Participante

acompanhe mais de perto seu fundo de pensão

O Guia do Participante - Acompanhe Mais de Perto seu Fundo de Pensão está disponível no site do Ministério da Previdência Social (www.previdenciasocial.gov.br/spc/guia.asp). O guia apresenta aos participantes e assistidos de planos de previdência algumas informações sobre o funcionamento das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), conhecidas como "fundos de pensão".

O guia apresenta as principais características de um fundo de pensão e informações sobre como se processa a fiscalização de suas atividades. Dividido em 12 capítulos, o guia aborda questões como a organização de um fundo de pensão, planos de benefícios, estatuto e regulamento, fiscalização dos fundos de pensão, normas e legislação aplicável. O livro tem ainda perguntas endereçadas ao participante, que permitem medir o nível de transparência e observância da legislação que trata da divulgação de informações de seu fundo de pensão.

O Guia do Participante foi elaborado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), órgão do Ministério da Previdência Social.

AÇÃO DA CIDADANIA

Cidadania

O site do Comitê Rio da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida - mais conhecida como "Campanha contra a Fome" - traz informações sobre ações sociais, com o objetivo de aumentar a participação popular em campanhas de solidariedade, com foco no respeito à vida e na conscientização do direito à cidadania. O site www.acaodacidadania.com.br traz principalmente informações de projetos desenvolvidos no Rio de Janeiro. Mas há também dados sobre as ações em outros estados, no link Ação pelo Brasil.

Café literário virtual

A página criada e mantida pelo professor de literatura Carlos Henrique Carneiro é um ótimo endereço para participar de debates sobre literatura, conhecer sobre o tema ou pegar dicas de boa leitura. Em um espaço leve e divertido, Carneiro sugere alguns livros para se ler em viagens, como "Conto da Ilha Desconhecida", de José Saramago, para ser lido em Paraty (RJ). Daí a explicação para, em seu currículo, o professor se auto intitula guia turístico de livros. Bom site para quem gosta de ler e para os que ainda não gostam: http://paginas.terra.com.br/arte/carneiropreto.

Plebiscito para implantação do novo plano

Os participantes e assistidos da Funcef terão oportunidade de decidir sobre aceitação de plano de benefícios

Depois de um longo período de estudos e negociações sobre a implantação do novo plano de benefícios da Funcef, chega um momento decisivo: a realização do plebiscito. Todos os participantes e assistidos da fundação poderão votar pela aprovação do novo plano, que foi elaborado pelo grupo de trabalho, nomeado em agosto de 2003. O GT foi constituído paritariamente por representantes dos participantes, da Funcef e da Caixa e atuou com exclusividade durante 90 dias.

Da data da entrega da proposta do novo plano e do saldamento do REG/Replan (20/11/2003) para as diretorias da Funcef e da Caixa, aconteceram várias reuniões entre as representações para solucionar impasses técnicos e financeiros resultantes das profundas alterações apresentadas na nova formulação dos planos de benefícios.

Pela proposta elaborada pelo GT, os participantes poderão garantir o seu direito acumulado através do saldamento do benefício no REG/Replan e aderir ao novo modelo de plano, que será misto (contribuição definida na fase de capitalização e benefício definido na fase de gozo ou pagamento de benefícios de risco). Haverá a garantia da responsabilidade solidária da patrocinadora no custeio, inclusão dos institutos de benefício proporcional diferido e portabilidade, revisão das premissas atuariais - o que é fundamental para garantir maior segurança ao plano - e, principalmente, a unificação de direitos entre todos os aposentados.

A proposta que será levada a plebiscito contempla a maior parte dos itens reivindicados: aumenta o teto de contribuição para R$ 7.200,00 (atualizados a partir de jan/2004), garante todos os incentivos oferecidos na migração aos aposentados que não aderiram ao REB e abono de R$ 1.350,00 a todos os assistidos. Corrige ainda, em 9%, os benefícios de todos os participantes que optarem pela nova proposta. A Caixa concordou também em participar da cobertura do custo administrativo, que hoje é suportado apenas pelos assistidos.

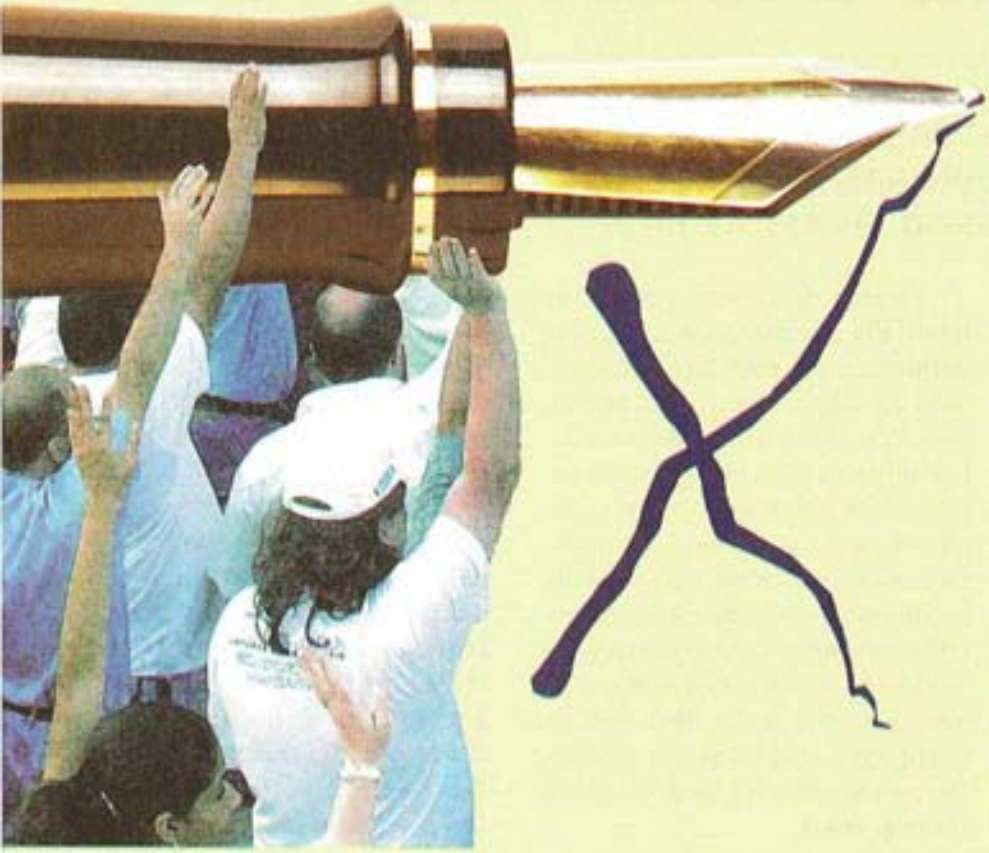
A Caixa continua ainda com as negociações para a contratação de seguro para a mudança de tábua de mortalidade. Caso esta contratação não se viabilize, o valor será destinado à Funcef, que utilizará o recurso para compor um fundo visando a adequação da tábua de sobrevivência.

A patrocinadora se comprometeu ainda a definir sua posição no que se refere aos temas de democratização da Funcef, como garantia de representação paritária na Diretoria Executiva da fundação e mudanças nos critérios do uso do voto de qualidade no Conselho Deliberativo.

CEE/Caixa orienta pela aceitação da proposta do novo plano

Em mensagem divulgada no dia 26 de setembro pela Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa), a orientação é para que a proposta seja aceita no plebiscito uma vez que apresenta um avanço em relação à situação atual dos quatro planos existentes na Funcef (REG, Replan, REB 1 e REB 2).

Os avanços contemplados no novo plano e sua implantação exigem um significativo aporte de recursos, que será composto pelo superavit do Replan e aporte da patrocinadora. A preocupação é evitar que o novo plano apresente vulnerabilidades e amenizar os riscos futuros.



GT Estatuto

As mudanças introduzidas no novo plano de benefícios da Funcef trazem uma maior responsabilidade aos participantes e assistidos no acompanhamento e controle dos recursos da fundação. Embora a legislação garanta a paridade dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, a diretoria executiva continua sendo de indicação exclusiva da patrocinadora. Os conselheiros eleitos do CD defendem a paridade em todas as instâncias de poder da Funcef como condição essencial para transparência da entidade.

A Caixa manifesta a sua concordância com a paridade também na diretoria executiva, pelo processo eleitoral dos representantes dos participantes, com a restrição ao voto de qualidade no conselho deliberativo e com a redefinição dos comitês internos da fundação. Estes temas foram remetidos ao GT de reforma do Estatuto para detalhamentos.

Os principais pontos propostos são: 1) gestão paritária; *2)* realização de assembléia de participantes para deliberações de alguns temas; 3) eleição direta para os representantes dos participantes; 4) comitê de investimentos com caráter deliberativo e representação dos associados; e 5) comitê de benefícios com caráter deliberativo e representação dos associados.

 Evandro Peixoto

Combate à corrupção, n

Representações sindicais e populares exigem apuração das denúncias de corrução e punição a todos os envolvidos, mas alertam para o risco de retrocesso dentro da crise

A sociedade brasileira é atingida no momento por uma crise política profunda e de graves conseqüências. A aura do governo Lula vem sendo turvada pelo espetáculo das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), onde se desnuda um vasto esquema de corrupção envolvendo dirigentes partidários, parlamentares e financiadores de campanhas eleitorais. O escândalo invade o espaço da busca de solução para os problemas econômicos e sociais do país, para dar lugar à disputa pelo poder, fora do período eleitoral.

Depois de quatro meses, as três CPIs criadas para apurar as denúncias de corrupção dão sinais de esgotamento do apetite pela completa apuração dos fatos, embora seus integrantes continuem se esforçando para segurar ibope na cobertura da mídia. Está cada vez mais clara a falta de interesse em que as investigações caminhem até a outra ponta do esquema e desvendem as grandes fontes do dinheiro da corrupção, mantidas em atividade pelos grandes negócios dos últimos anos.

A teia que envolve o meio político e os pescadores de oportunidades em tramas ilícitas com dinheiro e bens públicos não permite às CPIs irem além de sessões de caça às bruxas. E as bruxas da vez não devem passar da meia dúzia de dirigentes partidários e das duas dezenas de parlamentares identificados como responsáveis pela utilização do dinheiro que jorrou das contas do lobista Marcos Valério. Parece combinado que quem colocou dinheiro na ciranda eleitoral não deve ser importunado e que também campanhas e fatos passados ficam "para a história", como sugeriu Fernando Henrique Cardoso ao ser fustigado com o que ocorreu na aprovação da emenda constitucional que lhe assegurou a reeleição.

ão ataque à democracia

Objetivo tático

O esforço dos partidos de oposição ao governo Lula - PFL e PSDB à frente - tem sido o de manter a crise circunscrita ao Partido dos Trabalhadores, para barrar o avanço de investigações que possam elucidar fatos ocorridos no passado recente e, ao mesmo tempo, criar as condições para retomarem o poder, impondo derrota implacável e duradoura à esquerda e à sua base social. O presidente do FFL, Jorge Bornhausen, deixa claro o objetivo tático: "vamos acabar de vez com essa raça".

Nessa cruzada pela aniquilação da esquerda, o impeachement seria o melhor dos mundos, por isso Bornhausen não perde a esperança de chegar a Lula. Mas o linchamento político tem também um plano B, que consiste em bombardear o governo até que o presidente se torne inviável eleitoralmente ou, ao menos, perca a condição de favorito na disputa.

> Bornhausen não perde a esperança de chegar a Lula

A "alegria raivosa" identificada por Chico Buarque nos ataques ao governo é amplificada em praticamente todos os meios de comunicação. E encontra, inclusive, eco entre partidos situados no campo da esquerda.

Para o cientista político Emir Sader, a direita sabe que derrubar o governo Lula é bom para ela, porque está segura de que será ela a ocupar o poder, uma vez que não seria apenas a derrota do governo Lula, "mas a derrota da esquerda, com projeções históricas de longo prazo".

Em artigo sobre as "10 lições que a crise ensina", Sader diz que "quem amalgama os governos FHC e Lula não consegue entender porque a direita prega unida o retorno do bloco PSDB-PFL'. A seu ver, esse retorno "significaria a volta da política de subserviência à hegemonia imperial estadunidense, com todas as consequências para o Brasil, para a América Latina e para o Sul do mundo. Significaria a volta da privataria na educação, na privatização da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, entre outros".

Ameaça aos de baixo

O retrocesso dentro da crise é visto pelos movimentos sociais como uma ameaça de retração da presença popular no cenário político, tendo por conseqüência a inviabilização de propostas de políticas públicas formuladas pelas organizações dos trabalhadores e do povo, o refluxo no processo de democratização do Estado e o estreitamento do horizonte para as mudanças no modelo econômico.

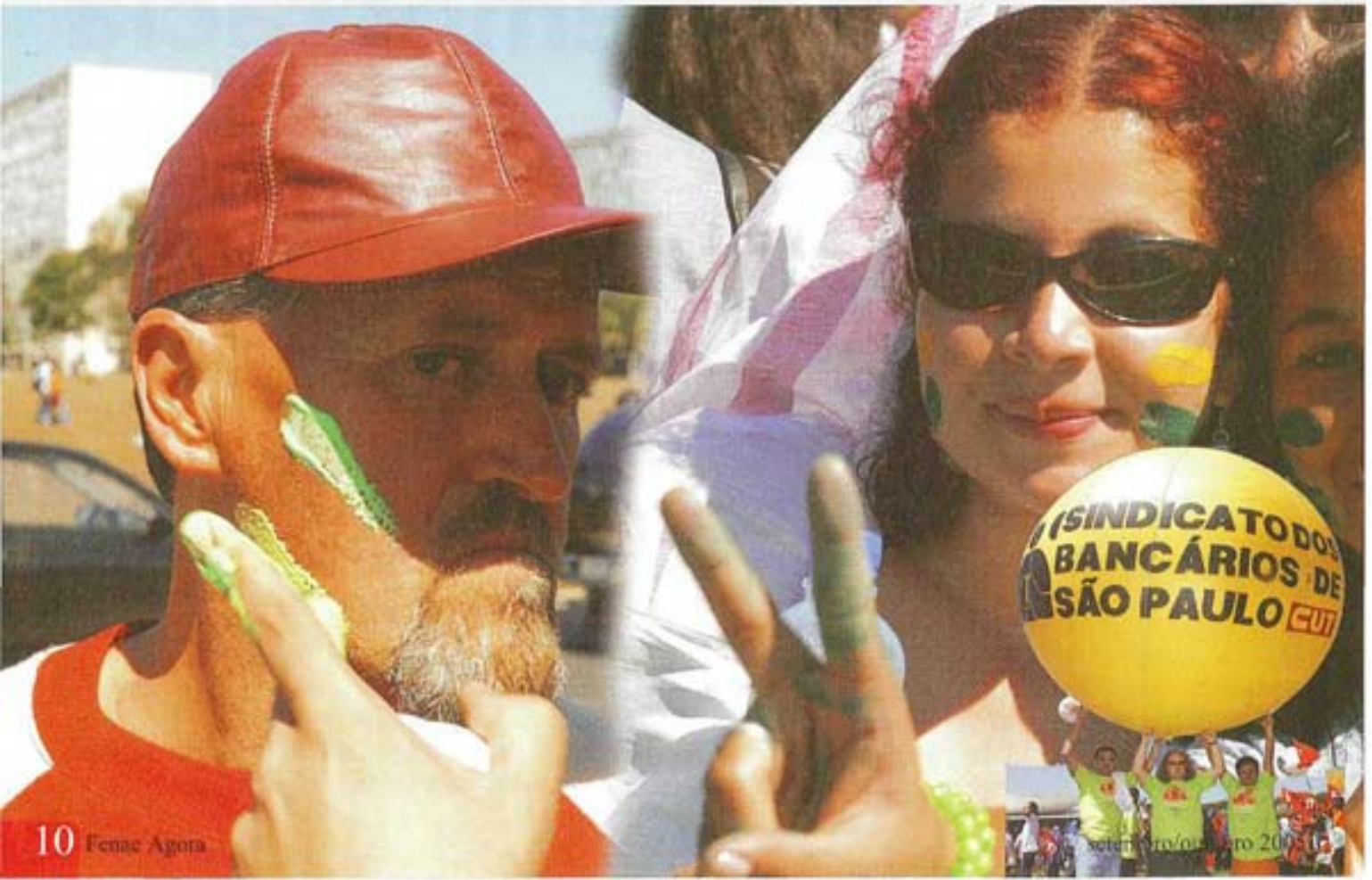
A despeito de severas criticas ao atual governo, pela distância mantida até aqui entre os compromissos de transformações e as mudanças de fato empreendidas, a preocupação com os desdobramentos da situação política do país fica bastante nítida entre lideranças das mais diversas organizações populares e representações de segmentos minoritários da sociedade.

Um eventual retorno das forças conservadoras ao poder é visto por Saulo Feitosa, vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), como "derrota" para a luta dos segmentos minoritários. "Seria o retorno de agrupamentos políticos claramente anti indígenas, tendo por conseqüência o aumento da violência".

Saulo critica o não-cumprimento de grande parte das propostas contempladas no programa do atual governo, mas diz que há fatos positivos a serem destacados, entre os quais a queda no quadro de violência contra os povos indígenas, a homologação da reserva Raposa Terra do Sol e a assinatura da Convenção 168 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata de questões indígenas. Ele cita também, ressalvando que com atraso, a criação do Conselho Nacional de Políticas Indigenistas, em fase de concretização. "Temos que assegurar as condições para o avanço das políticas de diversidade étnica e cultural em nosso país, dentro de um projeto que vem sendo construído ao longo de três décadas", enfatizou.

A necessidade de aprofundamento das políticas sociais é colocada de forma enfática por Benedito Roberto Barbosa, o Dito, da direção nacional da Central dos Movimentos Populares (CMP). Ele cobra maior ênfase e dinamismo na reforma urbana, com forte investimento de recursos em habita-

Dito, da direção da CMP



ção, saneamento, saúde, educação, transporte e segurança para o povo pobre. Quer ver avançar o "projeto de mudanças que mobilizou os movimentos sociais nos últimos anos".

Mas o dirigente da CMP enxerga no cenário político o risco de "fragilização das forças populares", com reflexo negativo nas mobilizações que se fazem necessárias para o próximo período. "É melhor lutar dentro de um governo popular que voltar a enfrentar a direita. Isso seria um grande retrocesso".

Augusto Campos, atento observador do sindicalismo brasileiro

No movimento sindical, o difícil momento enfrentado pelo governo Lula é visto com os mais variados tipos de preocupação. Entre as tantas questões que se manifestam na conjuntura política, o líder bancário Augusto Campos, que esteve à frente das grandes mobilizações dos bancários de São Paulo nas décadas de 70 e 80, e que continua um atento observador do sindicalismo brasileiro, considera que "a maior derrota" que o movimento sindical do campo da CUT pode sofrer agora é não ver aprovada a lei que está no Congresso Nacional, para legitimar, legalizar e institucionalizar as centrais sindicais. A lei permitiria às centrais assinar acordo coletivo ou contrato coletivo de trabalho, "impedindo que a classe trabalhadora continue à mercê do populismo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)". Na avaliação de Augusto, "caso a crise não permita a votação de lei sobre esse assunto, o impacto será muito prejudicial para a militância cutista e uma tragédia para a classe trabalhadora em geral, haja vista o número absurdo de trabalhadores informais".

Fantasma das privatizações

Entre as representações dos bancários, a percepção é de que o desfecho incerto da crise traz de volta o fantasma das privatizações, que vivia a assombrar os bancos públicos federais na era FHC. É extremamente indigesta a idéia de que a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil possam ser colocados novamente como alvos dos ataques ao patrimônio público, pois ainda estão vivas na memória dos trabalhadores dessas instituições as agruras do processo de desmonte que vinham sofrendo e que as levou à porta de entrada das privatizações.

Receia-se que a crise possa remeter os bancários ao passado da luta de resistência contra a política governamental de reajuste zero nos salários, demissões sem justa causa, redução do quadro de pessoal e ampliação dos serviços terceirizados, assédio moral e ataque aos direitos previdenciários.

Greve de 99 na Caixa é símbolo da luta contra o desmonte da empresa

José Alonso, pres. da Fenae

Para o presidente da Fenae, José Carlos Alonso, o papel dos trabalhadores é o de lutar para não permitir que a crise política seja utilizada como cortina de fumaça para uma mera disputa de poder, com cheiro de retrocesso. "Temos que estar preparados para enfrentar as turbulências do momento, sempre procurando identificar o que de fato está em jogo, para não entrarmos no mesmo barco daqueles que sempre estiveram no poder e o exerceram contra os trabalhadores e o povo".

Alonso aponta entre as questões nebulosas surgidas no rol de denúncias feitas às CPIs e aos meios de comunicação, a de que os fundos de pensão teriam sido utilizados como fontes de dinheiro para o esquema montado por Marcos Valério. "Temos aí uma flagrante distorção dos fatos, que tenta acobertar o envolvimento dos fundos de pensão no processo de privatização das empresas de telecomunicações, num arranjo comprometedor dos investimentos feitos pelas fundações, do qual tirou proveito o grupo Opportunity, controlado pelo banqueiro Daniel Dantas".

O presidente da Fenae, que é também membro eleito do Conselho Deliberativo da Funcef, lembra que as CPIs não conseguiram qualquer indício de veracidade nas denúncias contra a Funcef, a Previ e a Petros (leia matéria sobre os ataques aos fundos de pensão na página 15).

A Gtech e o grande negócio das loterias

Em depoimento à CPI dos Bingos, o procurador-chefe do Tribunal de Contas da União, Lucas Furtado, disse que a Caixa teve, entre 1997 e 2003, um prejuízo de R$ 433 milhões no contrato com a Gtech, em razão de "aumentos não-justificáveis". De 1997 até este ano, segundo Furtado, a Caixa pagou R$ 3 bilhões à multinacional.

Para viabilizar o controle pela Gtech da inteligência de toda a rede das loterias do país, foi promovido antes o esvaziamento da Datamec, empresa que pertencia à Caixa e que apresentou em 1999, ano de sua privatização, um faturamento de R$ 221 milhões. Quando foi privatizada, o presidente da Datamec era Mário Haag. Na era FHC, Haag foi homen forte na Caixa, chegando a ocupar a vice-presidência de Logística da empresa, área responsável pelo relacionamento com a Gtech.

A entrega do sistema de loterias à Gtech revelou vários personagens com ligações com a multinacional em postos de direção na Caixa. Fernando Carneiro e Henrique Costábile eram oriundos do Citibank, parceiro da Gtech. Carneiro havia sido também consultor da Booz, Allen e Hanilton, empresa que avaliou bancos públicos para privatização. Emílio Carazzai foi outro oriundo da Booz, Allen.

Depois da associação com a

Alonso chama a atenção também para a necessidade de o movimento dos empregados da Caixa se manter atento à busca de solução para os problemas da Funcef, de forma que o que já se alcançou não fique vulnerável às intempéries políticas, com risco de refluxo. Ele destaca a implantação do novo plano de benefícios formulado em grupo de trabalho tripartite e debatido pelas representações dos associados ao longos dos dois últimos anos, assim como a mudança do estatuto da fundação, que está sendo produzida também por um GT paritário, no qual os representantes dos associados" atuam com o objetivo de assegurar a democratização de fato das instâncias de gestão. "Sabemos que a democracia e a transparência na administração das fundações contraria a lógica das irregularidades que sempre se praticou com os recursos garantidores de nossa aposentadoria. Nos últimos dois anos, conseguimos avançar importantes posições na luta contra o mau uso que se fazia do nosso dinheiro e não podemos agora permitir recuo".

Mobilização popular

Os movimentos sociais iniciaram no dia 22 de junho um movimento conjunto de mobilização em defesa da democracia e contra a corrupção. Nessa data, representantes de organizações populares e não-governamentatias, do movimento sindical e de entidades sociais foram ao Palácio do Planalto e entregaram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a "Carta ao Povo Brasileiro", na qual defendem "completa e rigorosa apuração das denúncias de corrupção feitas à imprensa e ao Congresso Nacional, com punição aos responsáveis".

Em defesa de ampla e democrática reforma política

Entre as entidades representadas no encontro estavam a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), União Nacional dos Estudantes(UNE), Coordenação dos Movimentos Populares (CMP), Marcha das Mulheres e cerca de 50 outras. A Fenae subscreveu o documento e se fez representar na audiência por seu diretor-presidente, José Carlos Alonso.

O documento entregue ao presidente convoca "toda a sociedade brasileira, cada cidadão e cada cidadã, para uma grande e contínua mobilização, que torne possível enfrentar a crise política e fazer prevalecer os princípios democráticos". Além de cobrar rigorosa apuração das denúncias que envolvem Marcos Valério, Delúbio Soares e companhia, os movimentos sociais exigem também a investigação das denúncias de corrup-

Movimentos sociais se pronunciam sobre a crise política

Gtech, próceres do governo tucano tentaram ainda tirar da Caixa até mesmo a condição de permissionária na área de loterias. Valdery Albuquerque, último presidente da Caixa na era FHC, foi para a presidência da Nossa Caixa, onde buscou recuperar a Loteria Paulista para concorrer com o banco federal. Em seguida, foi para a Dibens, empresa coligada do Unibanco, e de lá participu da tentativa de cooptação de lotéricos do Rio de Janeiro. O Unibanco chegou a propor que as casas lotéricas se tornassem seus correspondentes bancários, com a utilização de máquinas cedidas pela Combrtalog, consórcio liderado por "Carlinhos Cachoeira", pivô da crise que levou à demissão de Waldomiro Diniz da Casa Civil.

Aumento generoso

O contrato com a Gtech previa, inicialmente, pagamento de R$ 0,05 por operação. Em maio de 2000, o valor subiu para R$ 0,15. Para promover o aumento, o contrato foi simplesmente cancelado, dando lugar, no mesmo dia, a um novo instrumento firmado entre as partes, sem licitação.

O procurador Lucas Furtado disse também à CPI que a Gtech não informava à Caixa os custos dos serviços, deixando a estatal sem parâmetros para discutir preços.

Na renovação de contratos de 2003, houve redução de valores, mas o procurador afirma que, mesmo assim, a Caixa Econômica, se tivesse acesso aos custos, poderia ter obtido mais vantagens.

O TCU detectou também irregularidades em contratos firmados em 1999, entre a Caixa e a Associação Brasileira de Bancos Regionais (Asbace), para desenvolvimento de estratégia de negociação com a Gtech,

ção surgidas por ocasião da votação da emenda constitucional que aprovou a reeleição e dos processos de privatização das estatais.

A carta propõe que "o governo Lula, o Congresso Nacional e a sociedade civil promovam mudanças na política econômica, passando a priorizar as necessidades do povo e buscando construir um novo modelo de desenvolvimento". Defende uma ampla e democrática reforma política, que fortaleça a democracia e dê total transparência ao funcionamento dos partidos. Cobra também a "imediata regulamentação dos processos de democracia direta", para que se viabilize o exercício do poder popular mediante plebiscitos e referendos, conforme proposta apresentada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Líderes sindicais e populares entregam carta ao presidente Lula

Carta entregue ao presidente é endossada pelo CDN da Fenae

A "Carta ao Povo Brasileiro" foi endossada pelo 21° Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), pela 7ª Conferência Nacional dos Bancários - eventos realizados durante o mês de julho, em São Paulo - e também pelo Conselho Deliberativo Nacional (CDN) da Fenae, em agosto.

Segundo o ministro Ubiratan Aguiar, as irregularidades partem da contratação da Asbace com dispensa de licitação. A Asbace, por sua vez, subcontratou a empresa A.T. Kearney para executar integralmente os serviços de consultoria, por R$ 1.294.117,65.

Segundo o TCU, a Asbace funcionou como uma intermediária e não houve comprovação de que A.T. Kearney tenha realizado o serviço.

A Gtech é acusada ainda de ter utilizado o advogado Rogério Buratti para fazer lobby no governo pela prorrogação do contrato, em abril de 2003. Buratti diz ter sido procurado pela empresa. Mas diretores da multinacional acusam Buratti de tentar extorquir R$ 6 milhões da Gtech para garantir o fechamento do negócio.

Improbidade administrativa

Em maio de 2004, o Ministério Público iniciou uma ação civil pública contra três ex-presidentes e 14 ex-dirigentes da Caixa, acusados de improbidade administrativa. A procuradora da República Raquel Branquinho apontou indícios de oito irregularidades no contrato com a Gtech, desde o seu início. A procuradora relaciona as "omissões e ações" de responsabilidade dos ex-presidentes da Caixa.

Início de retomada

Em maio deste ano, deu-se o início da retomada de toda a administração das loterias pela Caixa. O fim da "parceria" com a Gtech começou a se delinear em agosto do ano passado, quando o Superior Tribunal de Justiça (STJ) derrubou todas as liminares favoráveis à multinacional.

Artilharia pesada contra os fundos de pensão

Os fundos de pensão estão sendo sistematicamente acusados de desvio de dinheiro para a corrupção no meio político. A principal acusação é de terem praticado fraudes em operações com pequenos bancos corno BMG e Rural. As denúncias são feitas de forma generalizada, atingindo a todas as entidades de previdência complementar.

O bombardeio indiscriminado tem, no entanto, alvos estratégicos a serem atingidos com a mácula da suspeita, para que sejam fragilizados em uma guerra que se iniciou lá no processo de privatização das empresas de telecomunicações e permanece viva nos bastidores dos escândalos do momento.

A cruzada, de fato, é contra os três principais fundos de pensão do país - Previ, Funcef e Petros. O comando é exercido por Daniel Dantas, dono do Banco Opportunity. Sua tropa de choque está estrategicamente postada no Congresso Nacional e nos meios de comunicação, locais onde não lhe faltam soldados de obediência cega.

Nada de irregular

As CPIs não obtiveram sequer indícios de que a Funcef, a Previ e a Petros tenham realizado, a partir de 2003, investimentos irregulares e danosos ao patrimônio de seus associados. Os presidentes das três fundações foram ouvidos no Congresso e demonstraram aos parlamentares que as suspeitas de fraudes em operações com títulos públicos e outros papéis não se sustentam.

O presidente da Funcef, Guilherme Lacerda, explicou que, de 2003 até o presente momento, a fundação não realizou nenhum investimento nos bancos BMG e Rural, na sua carteira própria. Informou que houve, sim, aquisição de CDBs do Banco Rural por dois gestores terceirizados, a Caixa e o Banco Safra.

O diretor Financeiro da Funcef, Demósthenes Marques, explica que a fundação não emitiu ordem para a aquisição desses papéis porque não interfere na gestão dos fundos de investimento geridos por terceiros. "Limitou-se apenas a verificar se as iniciativas dos gestores estavam enquadradas nos limites operacionais definidos para assunção de risco de créditos".

O Banco Safra adquiriu R$ 5 milhões e a Caixa R$ 12 milhões em CDBs do Banco Rural, em maio e agosto de 2004, respectivamente. Os resgates ocorreram também em 2004, ambos com rentabilidade de 104% do CDI.

Os gestores terceirizados adquiriram CDBs de diversas outras instituições bancárias, entre 2003 e 2004. O gestor Caixa adquiriu, in-

Guilherme Lacerda, da Funcef (último à direita), e os presidentes da Previ e da Petros na CPI

clusive, CDBs do Banco Santos, que veio a sofrer intervenção, fato que inviabilizou o resgate até o momento. O valor alocado foi de R$ 10 milhões.

A época, as informações sobre o Banco Santos mostravam rating "A", que significava segurança média-alta, mas que não impediu que a alocação se revelasse infrutífera e prejudicial. Com a intervenção, o Banco Central descobriu diversas fraudes no balanço, inclusive crime de evasão de divisas da ordem de R$ 1 bilhão, entre outras.

Mesmo com o problema do Banco Santos, a Funcef obteve na sua carteira de renda fixa rentabilidade absolutamente compatível com os montantes investidos. A carteira atingiu 18% no ano de 2004, superando em 1,8 ponto percentual a Selic média do período. "Esse resultado representou R$ 185 milhões a mais, se comparado com o que se poderia obter pela taxa básica", explica Demósthenes Marques.

Demósthenes Marques, diretor Financeiro da Funcef

Insistência na falácia

Desfeita a falácia da prática de irregularidades, a insistência de políticos e imprensa em manter a Funcef, a Previ e a Petros no olho do furacão da crise só se explica mesmo pelo interesse de jogar água no moinho do banqueiro Daniel Dantas.

O banqueiro usa de todas as armas possíveis para manter o reinado que exerce no setor de telecomunicações desde o inicio das privatizações promovidas pelo governo FHC. Ele foi um dos principais responsáveis pela formatação do processo de privatizações das estatais nos anos 90. De sua cabeça saiu a estrutura societária para as teles, que lhe permitiu, mesmo na condição de investidor minoritário, exercer o controle de gestão na Brasil Telecom e em diversas empresas (Telemig Celular, Amazônia Celular, Santos Brasil e Metrô do Rio de Janeiro) adquiridas juntamente com os fundos de pensão, através de um fundo de investimentos. O Citibank também entrou nas mesmas empresas, mas com aportes em outro fundo, estrangeiro.

> Banqueiro usa de todas as armas para manter o seu reinado

No papel de controlador das companhias, Dantas deixou de repassar dividendos aos cotistas e exerceu uma gestão sem qualquer transparência. Em outubro de 2003, os fundos de pensão o destituíram da condição de gestor e, recentemente, o Citibank tomou a mesma medida.

Desde que começou a perder o controle da situação, o banqueiro passou a apostar suas fichas numa manobra para vender a Telemig e comprar a participação Citibank na Brasil Telecom, buscan- controlador absoluto das empresas, deixando os fundos de pensão como eternos minoritários. Nessa condição, os recursos investidos pelas fundações, da ordem de um bilhão de dólares, praticamente virariam pó.

O golpe foi evitado pelos fundos de pensão com a decisão de não permitirem a venda da Telemig no formato desenhado por Daniel Dantas - os fundos possuem poder para esse tipo de veto naquela empresa.

Em março deste ano, os fundos de pensão assinaram com o Citibank um acordo pelo qual as partes se comprometem a vender conjuntamente até novembro de 2007 suas participações no fundo controlador da Brasil Telecom e no fundo da Temar, evitando ficarem na situação de eternos minoritários na Brasil Telecom, sem participação na gestão e sem liquidez.

Em caso de não ocorrer a venda conjunta, os fundos de pensão se comprometem a comprar a participação do Citi no fundo, passando a deter o controle total sobre a Brasil Telecom. O prêmio oferecido pelos fundos para o controle da empresa é de 3,6 vezes o valor de mercado da ação, prêmio este que, no processo de privatização, foi de 4,9 vezes.

Além do controle da Brasil Telecom, os fundos de pensão passam a compartilhar a gestão de outras empresas - Telemig Celular, Amazônia Celular, Metrô do Rio e Santos Brasil.

Como se pode observar, são muitos os interesses contrariados quando se defende o patrimônio das trabalhadoras e trabalhadores, o que reforça a necessidade de democratização dos fundos de pensão, com gestão paritária, como garantia contra o mau uso dos recursos.

Conquista histórica dos empregados da Caixa

Fenae e Apcefs vão comemorar os 20 anos da luta pela jornada de seis horas, conquista obtida pela histórica greve de 30 de outubro de 1985

A data de 30 de outubro é histórica para todos os empregados da Caixa Econômica Federal. Exatamente porque, em 30 de outubro de 1985, os trabalhadores da empresa paralisaram suas atividades por 24 horas em todo o país, naquela que ficou conhecida como a maior greve da história da Caixa, com adesão de praticamente 100%.

Esta greve resultou na conquista da jornada de seis horas e no direito de sindicalização para os empregados da Caixa, tendo por base a mobilização dos auxiliares de escritórios, que lutavam para ser enquadrados como escriturários na carreira técnico-administrativa. A carreira de auxiliar de escriturário foi criada pelo então presidente da Caixa, Gil Maceira, para reduzir salários. Os auxiliares exerciam as mesmas funções dos escriturários, mas seu piso correspondia à metade do salário de ingresso previsto no Plano de Cargos e Salários.

Lei das 6h foi sancionada em 17 de dezembro de 1985

Como consequência dessa mobilização, em 17 de dezembro de 1985 o então presidente da República, José Sarney, sancionou a lei que estabeleceu a jornada de seis horas. No dia seguinte à sanção presidencial, o Diário Oficial da União trouxe também a alteração do parágrafo único do artigo 556 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), assegurando o direito à sindicalização aos empregados da Caixa.

Aniversário de 20 anos

Para marcar os 20 anos desta conquista, a Fenae e as Apcefs realizam eventos comemorativos nos estados. Uma das atividades programadas é a inauguração em Brasília do Memorial do Movimento dos Empregados da Caixa, cujo acervo será formado por objetos, símbolos e documentos relativos a fatos que marcaram as lutas dos movimentos sindical e associativo. O memorial contará com espaço e tratamento técnico adequados ao resgate histórico e também ao registro do desenrolar dos acontecimentos pelos próximos anos.

Mobilização na campanha nacional dos bancários

Na campanha salarial unificada de 2005, os trabalhadores de bancos públicos e privados lutam por uma Convenção Coletiva Nacional digna

Com mobilização cada vez maior em todo o país, os trabalhadores de bancos públicos e privados estão dando passos decisivos na luta por uma Convenção Coletiva Nacional decente, na campanha salarial unificada de 2005.

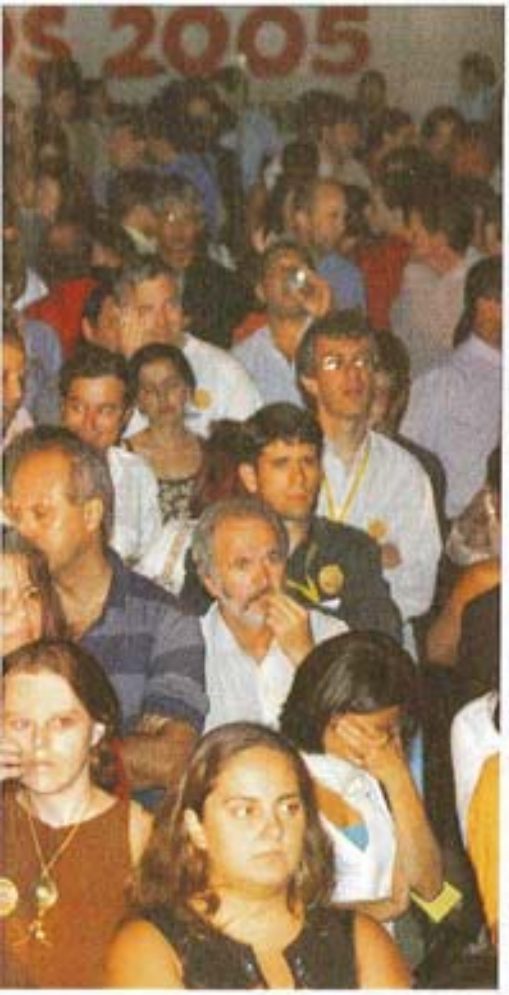
A largada oficial ocorreu em 11 de agosto, quando o Comando Nacional dos Bancários entregou à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) a minuta mínima de reivindicações, marcando assim o início concreto das negociações.

> Reivindicações da categoria saíram da conferência da CNB/CUT

As definições acerca da campanha salarial deste ano saíram da 7ª Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, realizada dias 30 e 31 de julho, em São Paulo, com a participação de 557 delegados do Brasil inteiro. Antes disso, em meados de maio, os bancários de todo o país deram início a um processo permanente de mobilização, com a definição das primeiras atividades da campanha salarial unificada de 2005 aprovadas pela então Executiva Nacional dos Bancários, substituída posteriormente pelo Comando Nacional dos Bancários. Foi definido, neste período, o calendário para as conferências re-

gionais, para os encontros temáticos (saúde, jovens e mulheres), para os encontros específicos por bancos e para a conferência nacional.

Aprovada no encontro nacional, a minuta mínima de reivindicações foi referendada em assembléias ocorridas país afora. Depois disso, a campanha salarial unificada ganhou as ruas e agências bancárias, com protestos, manifestações e paralisações em unidades da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e instituições privadas. Atividades em locais de trabalho foram realizadas ao mesmo tempo em que ocorriam as mesas de negociações entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban. Até o fechamento desta edição, aconteceram quatro reuniões entre bancários e banqueiros.



Bancos públicos

Nos bancos públicos federais, a campanha salarial de 2005 é unificada com os trabalhadores dos bancos privados e ganha fôlego a cada dia. Na Caixa Econômica Federal, os empregados estão mobilizados para pressionar a direção da empresa a atender as reivindicações específicas, entregues em 10 de agosto. A empresa concorda em seguir a mesa única com a Fenaban, mas pendências como a reintegração de todos os empregados demitidos pela RH 008, á reformulação do Plano de Cargos e Salários (PCS) e do Plano de Cargos Comissionados

> Na Caixa, as questões específicas precisam ser solucionadas

(PCC), a vinculação do Sistema de Ponto Eletrônico (Sipon) aos demais sistemas e a garantia da jornada de trabalho de seis horas diárias ainda carecem de soluções urgentes.

A passos largos e em consonância com as deliberações do 21° Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef), realizado em São Paulo dias 16 e 17 de julho, a proposta do novo plano de benefícios da Funcef caminha para uma solução mais definitiva. A redação da proposta final sobre o tema resulta de negociações entre os representantes do GT do novo plano e os representantes da Caixa.

Em reunião realizada na capital paulista, no último dia 23 de setembro, a Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa) aprovou indicativo pela aceitação da proposta feita pela empresa. No período de 17 a 21 de outubro, haverá consulta a todos os associados da fundação.

A finalização do processo de negociação sobre o novo plano da Funcef representa, sem dúvida, uma conquista para os empregados da Caixa. A CEE/Caixa entende que, com as novas regras, o caminho para a reformulação do PCS/PCC se torna mais viável, "uma vez que a empresa passará a ter condições de avaliar - de modo mais preciso - seus impactos na folha de pagamento".

É verdade que isto ainda não assegura que as alterações no PCS/PCC sejam de fato implementadas. Para isso, os empregados da Caixa devem estar sintonizados com a mobilização da categoria bancária, não só para ajudar a solidificar uma Convenção Coletiva Nacional, mas também para tornar possível avanços decisivos nas reivindicações específicas.

Conquista da primavera

Um dos pontos fortes da campanha salarial unificada de 2005 foi o Encontro Nacional dos Bancários, realizado no dia 1º de outubro, em São Paulo. Coube a este evento debater os rumos do movimento nacional da categoria bancária, definindo atividades para intensificar a mobilização em todo o país. Foi aprovado indicativo de greve por tempo indeterminado a partir do dia 6 de outubro. O movimento tem o objetivo de pressionar os banqueiros a apresentarem proposta de acordo coletivo que contemple os pontos da minuta mínima de reivindicações. A perspectiva é a conquista da primavera, estação em que a natureza se renova. O paralelo com a campanha nacional dos bancários é evidente, pois a cada ano a categoria se renova na busca por mais conquistas, com salários dignos, PLR mais ampla, melhores condições de trabalho e saúde.

DVD sob medida para os associados das Apcefs

Programa PAR lança promoção especial para compra de DVD Player Slim Videokê com pagamento parcelado em três vezes

No início de setembro, a promoção de venda de DVD Player aos associados das Apcefs de todo o Brasil participantes do Programa PAR e a funcionários das associações já havia ultrapassado a marca de mil unidades vendidas. O DVD que está sendo vendido pelo Clube de Compras do Programa Par foi escolhido por *oferecer* a melhor relação entre custo e benefício e teve sua venda negociada para que fosse estabelecido o valor competitivo de R$ 209,70, que pode ser parcelado em até três vezes no cartão de crédito.

Para comprar, o participante deve entrar na janela Clube de Compras do site do Programa PAR (www.programapar.com.br), onde há um ambiente apropriado e seguro para o comércio eletrônico. O produto é entregue pelo correio, no endereço indicado pelo participante. O frete é calculado individualmente.

"Toca Tudo" Slim Videokê

O aparelho "Toca Tudo" Slim Videokê que está sendo comercializado pelo Clube de Compras é o DVD RJ - 4100 - BRA, com função Karaokê, função DVD e compatível com diversos formatos de mídia (DVD/DVD-R/DVD-RW/DVD+R/DVD+RWA/CD/SVCD/CD/CD-R/CD-RW/JPEG/CD+G). O DVD Player tem ainda o progressive scan, 5.1 canais de saída de áudio, menu em diversos idiomas, senha de controle de acesso parental, zoom mesmo com a fita rodando, Multi-TV System NTSC/PAL, além de ser decodificado para DVDs de todas as regiões.

Habitação: um desafio mundial

Sociedade civil luta por moradia e tem esperança nos resultados da 2ª Conferência das Cidades

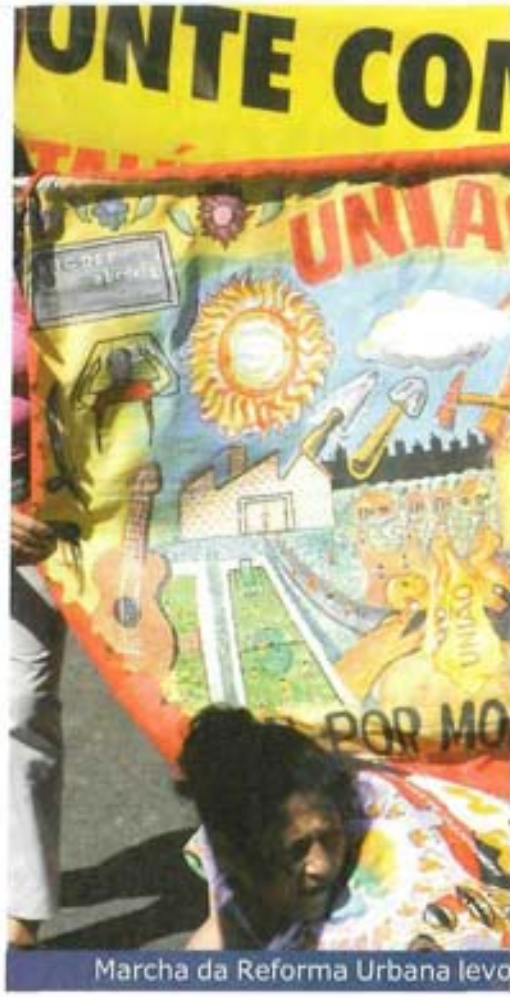
Cerca de 40% da população mundial (três bilhões de pessoas) precisará de casa e serviços básicos de infra-estrutura em 2030. A projeção é do escritório regional do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat), apresentada no último dia 12 de setembro. Para abrigar toda esta população, seria necessário construir quase 100 mil unidades habitacionais por dia, ou seja, mais de quatro mil casas por hora.

No Brasil, hoje o déficit habitacional chega a 7,7 milhões de moradias, das quais 5,5 milhões se encontram em centros urbanos. Se a esses números forem adicionadas as moradias inadequadas, que não têm infra-estrutura básica, o volume pode atingir algo entre 12,7 e 13 milhões, sendo que 92% do déficit se concentra entre os mais pobres.

> Brasil necessita de pelo menos 7,7 milhões de moradias

Cerca de um mês antes da apresentação dos dados do UN-Habitat, nos dias 15 e 16 de agosto, foi realizada no Brasil a Marcha Nacional da Reforma Urbana pelo Direito à Cidade, organizada por quatro entidades: Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e Central de Movimentos Populares (CMP).

Os objetivos da Marcha à Brasília eram a regulamentação da lei que criou o Fundo e o Conselho Nacional de Habitação de Interesse Social, que foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 16 de junho deste ano, e a garantia de maior investimento por parte do governo federal no acesso à moradia e na qualidade de vida das cidades.



Marcha da Reforma Urbana levo

Em um ato ampliado, com entidades reunidas à marcha para pedir ética na política, mudanças

u milhares de pessoas a Brasília

na economia e reagir contra a desestabilização do governo Lula, os movimentos populares reuniram 40 mil pessoas (segundo o site www.cut.org.br) em Brasília.

De acordo com o coordenador nacional do MNLM, Antônio José de Araújo, a marcha foi historicamente positiva no sentido de mostrar a unidade dos quatro movimentos populares - MNLM, CMP, UNMP e Conam. "Foi um avanço demonstrar que a sociedade civil tem capacidade de se organizar e trabalhar a unidade respeitando a diversidade", afirma Araújo.

Outra conquista da marcha, na avaliação de seus organizadores, foi o espaço conseguido nos poderes Executivo e Legislativo. Representantes da organização foram recebidos nos Ministérios das Cidades, da Justiça, da Educação e nas Secretarias Especiais de Políticas da Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres. Eles também entregaram sua pauta de reivindicações ao presidente Lula, em audiência concedida no Palácio do Planalto, e ao presidente do Senado, Renan Calheiros, e ao então presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti.

A pauta apresentada pelos movimentos sociais inclui o pedido por políticas públicas de prevenção e mediação junto às ações judiciais que determinam os despejos e de promoção da inclusão social e fim da segregação urbana.

2ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES

CONFERÊNCIA DAS IDADES

Ainda este ano, a 2ª Conferência

O lema da 2ª Conferência Nacional das Cidades, que será realizada de 30 de novembro a 3 de dezembro de 2005, em Brasília, é "Reforma Urbana: Cidade para Todos". O objetivo do encontro é formular a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), a partir de propostas recolhidas em debates realizados em todo o país nos últimos dois anos.

O Conselho das Cidades, criado durante a 1ª Conferência Nacional das Cidades, em 2003, aponta quatro temas como os principais desafios para a implantação do PNDU: participação e controle social, política urbana regional e metropolitana, questão federativa e financiamento do desenvolvimento urbano. Estes assuntos serão a base das discussões da conferência. Durante o encontro nacional do Fórum Nacional de Reforma Urbana, em julho, foi definido um texto-base para a conferência deste ano, que servirá de subsídio aos debates.

Um ponto que também será amplamente discutido na conferência e merece especial atenção da sociedade civil é a instituição do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Antônio José de Araújo, do MNLM, ressalta que os movimentos sociais estão trabalhando para que o FNHIS seja constituído ainda este ano. Na audiência com o presidente Lula, em agosto, os movimentos ouviram o compromisso de destinação de recursos na ordem de R$ 1,2 bilhão para o fundo.

A hora e a vez da luta contra a violência

No dia 23 de outubro, a população brasileira vai decidir se proíbe ou não a comercialização de armas de fogo no país

No Brasil, arma de fogo mata mais que acidente de trânsito. As estatísticas apontam que cerca de 108 pessoas desaparecem por dia, 53 ficam feridas vítimas de acidentes nos quais acontecem disparos involuntários e a cada 13 minutos cai alguém fulminado por um tiro.

É neste cenário de muita violência, protagonizada nas ruas e dentro de casa, que será realizado em 23 de outubro deste ano um referendo popular a favor ou contra a proibição do comércio de armas de fogo. O voto será obrigatório para cidadãos maiores de 18 e menores de 70 anos. Estarão aptos a votar 120 milhões de eleitores em todo o país, que vão responder à pergunta: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?".

Essa consulta está prevista no Estatuto do Desarmamento (lei 10.826/03) e foi aprovada pelo Congresso Nacional no último dia 6 de julho. Com a deflagração desse processo, a chamada "bancada da arma" foi derrotada em seu intento de atrelar a consulta popular às eleições de 2006. Caso o "sim" seja a resposta da maioria da população, a venda de armas de fogo ficará proibida, tornando-se crime passível de cadeia.

> Plebiscito popular está previsto no Estatuto do Desarmamento

O grupo dos que são a favor da proibição conta com o aval da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A entidade conclama sindicatos, federações e confederações filiadas a organizarem comitês em defesa do "sim".

Paz x guerra

O referendo, ocasião em que a população terá a chance de decidir que modelo de sociedade deseja-se o da paz e da solidariedade ou o da violência e da criminalidade faz do Brasil pioneiro na abordagem do tema do comércio de armas de fogo em escala mundial. Campanha do governo federal pelo recolhimento de armas, iniciada em 15 de julho deste ano, recolheu - até o fim de agosto 443.719 armas. A expectativa é de que até o dia 23 de outubro, quando ocorre o referendo popular, sejam tiradas de circulação mais de 500 mil armas de fogo. O principal foco é o combate à violência, com vistas a instituir uma cultura de paz no país.

Modelo de preservação do meio ambiente

Associação do Pessoal da Caixa de Goiás na trilha da sustentabilidade ambiental em suas atividades de lazer e turismo

Atividades junto aos visitantes do acampamento em Aruanã

Pelo quarto ano consecutivo, a Associação do Pessoal da Caixa de Goiás (Aseg/GO) teve um dos mais visitados acampamentos da cidade de Aruanã (GO). Cerca de cinco mil pessoas estiveram no local nos meses de julho e agosto, visitando as praias formadas no rio Araguaia. "Foi um sucesso total. Desde o início teve lotação completa", anima-se o presidente da associação, Willian Louzada.

A associação começa a receber reservas para o acampamento no início do mês de junho e, neste ano, no final do mesmo mês já não havia vaga para nenhum fim de semana. "A maioria das pessoas fica de quatro dias a uma semana e também temos excursões de fim de semana", afirma Louzada.

Os ranchões (como são conhecidos os acampamentos da região) chegam a 400 e reúnem todos os anos cerca de 150 mil pessoas, que viajam atraídos pela beleza das praias durante o dia e pela agitação noturna. O acampamento da associação de Goiás tem conseguido destaque, entre outros motivos, por oferecer restaurante com pensão completa, recreadores todos os dias e promover shows ao vivo todos os fins de semana. Outro diferencial é a estrutura das acomodações: os 50 apartamentos têm banheiro e piso de madeirite, enquanto muitas das acomodações da região são montadas na própria areia.

Sustentabilidade

Para garantir a sustentabilidade do acampamento que a associação mantém, no fim de julho, foram desenvolvidas ações em prol do meio ambiente, como parte do projeto Araguaia. As atividades foram realizadas em parceria com a Gerência de Desenvolvimento Urbano da Caixa em Goiás e com a Caixa Seguros e visam não apenas atingir os visitantes como a população ribeirinha, que passa todo o ano no local.

Técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) visitaram o acampamento da associação, distribuíram folhetos e realizaram oficinas de papel reciclado e leitura da versão infantil da Carta da Terra, incluindo as crianças no debate sobre o tema ecologia.

O objetivo é fazer com que, em 2006, o acampamento receba a certificação "Parceiro Ambiental". De acordo com o estabelecido pela Agência Ambiental e pelo Ibama, até 2007 todos os acampamentos às margens do rio Araguaia deverão estar cadastrados e ter recebido esta certificação para continuar funcionando.

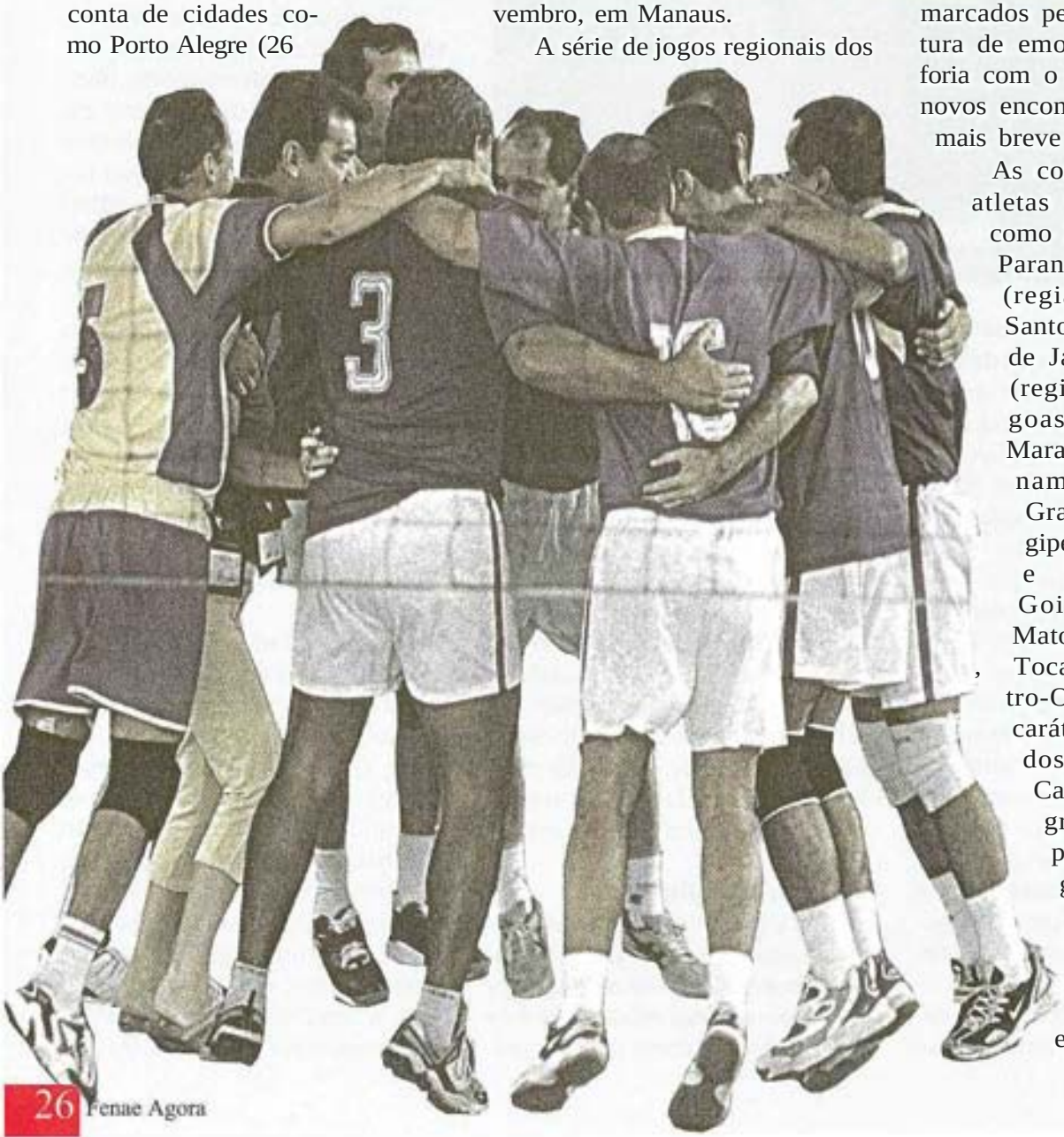
O acampamento foi ainda classificado pela Agência Ambiental de Goiás como o mais efetivo na preservação da região. O espaço tem tratamento da água do rio para consumo, tratamento do esgoto produzido e o lixo coletado é levado para a cidade diariamente. Para as próximas temporadas, a associação pretende oferecer a seus associados a coleta seletiva do lixo e uma melhor distribuição dos sanitários coletivos.

Tradição e euforia nos Jogos Regionais

As cinco regiões do país promovem eventos esportivos com o apoio da Fenae. Destaque para o envolvimento das associações de pessoal

Tradição esportiva entre os empregados da Caixa Econômica Federal dá notoriedade à série de jogos regionais promovidos pelas Apcefs das cinco regiões do país, com o apoio da Fenae. Entre o período de maio e setembro deste ano, festas memoráveis tomaram conta de cidades como Porto Alegre (26 a 28 de maio), Ubatuba (SP - 25 a 28 de agosto), Fortaleza (7 a 10 de setembro) e Caldas Novas (GO - 15 a 18 de setembro) em quatro destes eventos: Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Os Jogos do Norte estão programados para a data de 12 a 15 de novembro, em Manaus.

A série de jogos regionais dos empregados da Caixa faz parte do calendário definido pelo Conselho Deliberativo Nacional (CDN) da Fenae, Os eventos já ocorridos foram marcados pela mistura de emoção e euforia com o desejo de que novos encontros aconteçam o mais breve possível.



As competições reuniram atletas vindos de estados como Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina (região Sul), Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (região Sudeste), Alagoas, Bahia, *Ceará*, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe (região Nordeste) e Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins (região Centro-Oeste), refletindo o caráter de participação dos empregados da Caixa, tendo na integração o seu principal objetivo. Estes jogos registraram o envolvimento de mais de duas mil pessoas, entre atletas, familiares e acompanhantes.

Jogos do Norte

O evento está programado para a cidade de Manaus, entre os dias 12 e 15 de novembro. Participam atletas das Apcefs do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Diversas modalidades estarão em disputa.

Jogos do Nordeste

O título de campeão foi conquistado pelos donos da casa: os cearenses. Baianos e pernambucanos obtiveram, respectivamente, o segundo e o terceiro lugares. Participaram cerca de 1.200 pessoas, entre atletas, familiares e acompanhantes.

Jogos do Sudeste

A delegação paulista conquistou o título inédito de primeiro lugar dos Jogos do Sudeste. Os mineiros ficaram com o troféu de vice-campeão. A equipe carioca obteve a terceira colocação, seguida pela delegação capixaba. Treze modalidades estiveram em disputa, entre Coletivas, individuais e em duplas.

Jogos do Centro-Oeste

O troféu de campeão dos Jogos do Centro-Oeste foi para os atletas brasilienses, vitoriosos na maioria das modalidades. Os goianos arrebataram o segundo lugar, seguidos pelos atletas matogrossenses, que ficaram com a medalha de bronze pelo terceiro lugar.

Jogos do Sul

Equilíbrio de força entre as associações participantes foi a marca registrada dos Jogos do Sul. Não houve um sistema de pontuação geral, mas os atletas paranaenses e catarinenses se destacaram nas modalidades individuais, enquanto os gaúchos arrebataram mais vitórias nas disputas Coletivas. As novidades foram a inclusão da natação (categorias feminina e masculina), do futsal feminino e do basquete (categoria feminina). A próxima edição está prevista para o ano de 2007, devendo ser realizada no Paraná.

Sob a rota dos concursos do Circuito Cultural Fenae

O calendário das atividades culturais promovidas pela Fenae contempla as mais diversas modalidades artísticas durante todo o ano de 2005

Para contemplar concursos nas mais diversas modalidades artísticas durante todo o ano, o Circuito Cultural Fenae veio para ficar. Ainda em 2005, as próximas atividades previstas pelo calendário são o ArteFenae - Desenho Infantil, o LetraFenae - Poesia, o FotoFenae - Fotografia e o LetraFenae - Crônicas. Em todos estes eventos, a exemplo dos anteriores, os participantes recebem pontos no PAR (Programa de Relacionamento) e os vencedores ganham um número maior de pontos, além de troféus.

Sob o tema "O jardim do meu país", o ArteFenae - Desenho Infantil prossegue com suas inscrições abertas até o dia 21 de outubro. O objetivo é incentivar a prática de atividades artísticas com crianças de 5 a 12 anos. Os autores devem ser nascidos entre 1993 e 2000 "e ter parentesco do primeiro grau com o associado da Apcef.

Outro concurso com inscrições abertas desta vez até 28 de outubro é o LetraFenae - Poesia, com tema livre. Também com tema livre está o LetraFenae - Crônicas, que fica com suas inscrições abertas até o dia 17 de novembro. "Contraste" é o tema do concurso FotoFenae - Fotografia 2005, com prazo de inscrições até 11 de novembro.

Podem participar empregados da Caixa (pessoal da ativa, aposentados e pensionistas) que comprovem a condição de sócios efetivos das Apcefs ou contribuintes do Fenae Doações.

Informações adicionais podem ser obtidas nos regulamentos disponíveis na página www.fenae.org.br.

Resultado do ArteFenae Cartoon 2005 - Tema "Cotidiano"

1° lugar
"Empréstimo para a Terceira Idade" - *Fred Giovani Mezaroba (Chapecó/SC) - 200 mil pontos no Programa PAR.*

2º lugar
"Empréstimo Fácil" - *Fred Giovani Mezaroba (Chapecó/SC)-100mil pontos no Programa PAR.*

3º lugar
"Sonho de Modelo" - *Sérgio de Oliveira Zollner (São Paulo/SP)-80 mil pontos no Programa PAR.*

Júri popular
"Peraí, seu Guarda" - *José Márcio Costa de Sales (Calçada/BA) - 80 mil pontos no Programa PAR.*

Eu, réu, confesso: é golpismo

Sob o título acima, publiquei na Caros Amigos eletrônica, texto em que me "confessava" Caixa 2, por ter participado de campanhas eleitorais de partidos desde o fim da ditadura. Nunca fui tão xingado. Até de canalha me chamaram. Fiquei surpreso. Em meia centena de mensagens, apenas duas ou três pessoas me apoiaram, timidamente. A vasta maioria parece que me queria escalpelar.

Trabalhei para PC do B, PCB, PT, PMDB, PSDB, PTB, PP, PFL e outros menos votados. Participei de uma centena de missões. Em 20 anos, apenas em duas ocasiões me pediram nota. E de ínfima parte do todo recebido, para a prestação de contas "pro forma", invariavelmente aprovadas pela Justiça Eleitoral. Ou seja, o grosso do financiamento de candidatos sai do famoso Caixa 2. Esse é o esquema que os próprios políticos criaram.

Então, por que a fúria daqueles leitores? Porque fazem parte do coro dos descontentes, não com o fato de o atual governo ter sido apanhado praticando Caixa 2, mas de ter posto o Brasil em melhor rumo. Na semana em que escrevo, sai reportagem elogiosa ao programa social; o Bolsa-Família é citado como exemplo para a América Latina. Em algum jornalão brasileiro? Não, na "bíblia" dos financistas: The Economist. Isso é o que os descontentes não toleram.

Onde estão as margens plácidas?

Há uma estátua de Paulo Freire em praça central de Estocolmo, capital da Suécia. Será que existe alguma estátua do grande educador, respeitado mundo afora, nalguma cidade brasileira?

O Brasil é um país de ponta-cabeça, dizia Tom Jobim. Estranho país, cujo hino nacional se trai ao mencionar, já no primeiro verso, um acidente geográfico vitimado por um crime que se poderia erigir em crime de lesa-pátria: o Riacho do Ipiranga, às margens do qual Pedro I proclamou nossa Independência, foi assassinado! Não existe mais. Candidatos a prefeito Brasil afora se comprometem a "canalizar" córregos e riachos. Seria digno de eleger-se em São Paulo aquele que se comprometesse a "descanalizar" e ressuscitar o Riacho do Ipiranga, não?

O legislador e o cidadão

Você já ouviu falar de Ambrose Bierce? Eu, vagamente. Até que, nos meus 65 anos, ganhei dum amigo Fábulas Fantásticas. Ambrose Gwinnett Bierce, averiguei, americano de Ohio, nasceu em 1842 e morreu em 1914 provavelmente - escritor e jornalista combativo, e combatente, havia rumado para o México, em guerra civil. Não se sabe se morreu em combate, ou executado por Pancho Villa, ou se teria sido visto na Europa, ou quem sabe se matou, uma lenda sua morte. O amigo entregou-me o livro marcado na página 90 dizendo:

"É bem atual."

A fábula O Legislador e o Cidadão narra a cena em que um Legislador procura O Mais Respeitável Cidadão para pedir-lhe que escreva carta ao governador recomendando-o para o posto de Comissionado de Lagostins e Caranguejos. O Mais Respeitável Cidadão o reconhece: é um ex-deputado federal ou ex-senador. Que confessa: foi expulso do Congresso Nacional por vender influência.

"E se atreve a pedir a minha!" - grita O Mais Respeitável Cidadão. "Um homem que aceita propinas é capaz de oferecê-las!"

O Legislador diz que nunca faria uma proposta corrupta, mas, se fosse nomeado, "teria certa influência sobre a população portuária" e poderia ajudar a alçar, ao posto de Oficial Instrutor, O Mais Respeitável Cidadão, que encerra:

"Neste caso, não encontro justificativas para negar-lhe a carta."

Por amor, a ONU se instalou em Genebra

O idealizador da Liga das Nações, Thomas Woodrow Wilson (1856-1924), presidente dos EUA, terminada a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), escolheu Genebra para sede da antecessora da ONU. Quem lhe sugeriu foi seu assessor e braço-direito, coronel House. E quem sugeriu Genebra a House foi seu criado de quarto, certo Joseph. Acontece que Joseph estava apaixonado por uma camareira da cidade suíça. Disse então a House que o clima de Genebra era o mais indicado para o reumatismo do presidente norte-americano.

Assim, Genebra virou um dos centros do poder mundial, graças à apaixonante camareira anônima e seu quase anónimo amoroso.

www.marciobaraldi.com.br

Desesperar Jamais

Desesperar jamais
Aprendemos muito nesses anos

Afinal de contas, não tem cabimento

Entregar o jogo no primeiro tempo

Nada de correr da raia

Nada de morrer na praia

Nada! Nada! Nada
de esquecer

No balanço de perdas
e danos

Já tivemos muitos
desenganos

. Já tivemos muito
que chorar

Mas agora, acho que chegou
a hora

De fazer valer o
dito popular

Desesperar jamais
Cutucou por baixo,
o de cima cai

Desesperar jamais
Cutucou com jeito, não
levanta mais

Ivan Lins
Composição:
Ivan Lins / Vítor Martins

Expedient

Administração e redação: Setor Comercial Sul, quadra 1, Bloco C, n° 30 Edifício Antônio Venâncio da Silva, 5º andar Brasília (DF) CEP 70395-900 Telefone (61)3323-7516 Fax (61) 3226-6402 / www.fenae.org.br - imprensa@fenae.org.br **Diretoria Executiva - *Diretor-presidente:*** José Carlos Alonso Gonçalves. ***Diretor vice-presidente:*** Pedro Eugênio Beneduzzi Leite. ***Diretor de Administração e Finanças:*** Jair Pedro Ferreira. ***Diretora de Comunicação e Imprensa:*** *Maria de Jesus Demétrio Gaia.* ***Diretor de Esportes:*** Marcos Aurélio Saraiva. ***Diretor de Cultura:*** Emanoel Souza de Jesus. ***Diretores Executivos:*** Jesse Krieger/ José Miguel Correia/ Fernando Ferraz Rêgo Neiva. **Conselho Fiscal - *Titulares:*** Olívio Gomes Vieira / Maria Eny Estevam / Charles Robert Rabêlo Campos. ***Suplentes:*** Luiz Ricardo Maggi / Maristela da Rocha / Ely Custódio Freire. **Conselho Deliberativo Nacional - *Presidente:*** Fabiana Cristina Meneguele Matheus. ***Vice-presidente:*** Emerenciana Barbosa do Rêgo. **Secretário-geral:** Paulo César Carvalho de Lima. **Edição e redação:** Antônio José Reis / Evandro Peixoto / Sandra Flosi. **Fotos:** Augusto Coelho. **Design e ilustração:** Lisarb Sena de Mello. **Colaboradores:** Márcio Baraldi/ Myton Severiano. **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 65 mil exemplares. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Distribuição gratuita.

Espaço aberto para a literatura

Participe do concurso LetraFenae Crônicas 2005
e mostre seu talento para escrever sobre fatos do dia-a-dia,
em textos curtos e escritos de forma livre.

O LetraFenae Crônicas 2005 já está
com inscrições abertas.
Podem participar os sócios efetivos da Apcef
ou contribuintes do FENAE DOAÇÕES.

Todos os participantes ganham 200 pontos
no Programa PAR. E podem ganhar ainda mais:

1º lugar: 150.000 pontos no Programa PAR + troféu

2º lugar: 100.000 pontos no Programa PAR + troféu

3º lugar: 50.000 pontos no Programa PAR + troféu

Data limite para inscrição: **17 de novembro de 2005.**

Veja o regulamento completo nos sites da
Fenae (www.fenae.org.br)
e do Programa PAR (www.programapar.com.br)

ATENÇÃO: Leia atentamente o regulamento e siga as instruções
de envio do trabalho, pois os trabalhos em desacordo
com as regras não serão inscritos.

FENAE

PAR

DVD Player com megadesconto! Exclusivo para associados APCEF.

O Clube de Compras é um benefício exclusivo que as APCEFs, a Fenae e o PAR criaram para os associados das APCEFs e que, a partir de agora, tem ofertas exclusivas. Se você ainda não é associado, associe-se para aproveitar esta e muitas outras vantagens.

DVD RJTECH Toca Tudo Slim com Videokê

Progressive Scan
Vídeo componente
Saída de áudio 5.1 RCA

Detalhes no
www.programapar.com.br

R$ 209,70 à vista ou
3x R$ 69,90 no cartão

Como comprar:

1. Acesse o www.programapar.com.br
2. Clique em Clube de Compras
3. Confira o Regulamento

*Início das vendas:23 de agosto de 2005. Promoção válida enquanto durar o estoque. Frete não incluso.